

IX EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DA PGE-RN - Detalhes da Prova

Data: 27/04/2020

Hora de início: 09:00 horário Brasília

Hora final: 11:00

Você terá 02:00 horas para responder a sua prova!

ATENÇÃO: Envie a sua prova até as 10:59 minutos. As 11 horas, em ponto, a plataforma será fechada e **NÃO** mais possibilitará o envio das provas.

A prova terá 35 (trinta e cinco) questões objetivas, cada uma valendo 20 pontos e 01 (uma) subjetiva (Resposta com no máximo 10 (dez) linhas, valendo 300 pontos).

Lembre-se, a prova é individual e você **NÃO** poderá contar com a ajuda de ninguém!

Boa sorte!

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

Identificação do Candidato

2. Qual o seu nome completo? *

3. Qual o seu CPF *

4. Qual a sua Carteira de Identidade? *

5. Qual a sua data de nascimento (dd/mm/aaaa)? *

6. Qual o nome da sua mãe? *

7. Qual o nome da instituição de ensino em que você estuda? *

Questões
Objetivas

Você deve escolher uma das alternativas. São 35 questões valendo 20 pontos cada.

8. 1. Acerca de princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta. 20 pontos
Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

Marcar apenas uma oval.

- a) Segundo a CF, a casa é asilo inviolável do indivíduo, razão por que ninguém, independentemente da circunstância, poderá nela ingressar sem o consentimento do morador.
- b) O princípio constitucional do direito de acesso à informação veda o sigilo da fonte, ainda que se aleguem motivos profissionais.
- c) O repúdio à prática do racismo configura um dos princípios que norteia a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais. Essa prática constitui crime inafiançável e imprescritível, e o referido princípio é considerado norma constitucional de eficácia contida.
- d) As normas programáticas, que veiculam princípios a serem cumpridos pelo Estado, podem ser exemplificadas, entre outras, pela previsão constitucional de proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos.

9. 2. Acerca de aspectos relacionados à Constituição, poder constituinte e princípios constitucionais fundamentais, assinale a opção correta. 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) O pluralismo político, princípio constitucional fundamental da CF que assegura a participação plural da sociedade, atinge apenas os partidos políticos, não se estendendo a sindicatos, associações, entidades de classe e organizações em geral.
- b) Em se tratando de Constituição formal, consideram-se constitucionais as normas que constarem do texto magno, sejam elas emanadas do poder constituinte originário ou do de reforma.
- c) As Constituições não escritas são compostas por costumes e pela jurisprudência, mas não por instrumentos escritos, ainda que dispersos pelo tempo.
- d) O dispositivo da CF que considera dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais é considerado norma constitucional de eficácia contida.

10. 3. Assinale a opção correta acerca da Constituição Federal de 1988 (CF) e dos princípios fundamentais por ela reconhecidos. 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) O princípio do pluralismo político expresso na CF refere-se não apenas a preferências de cunho partidário, mas também a uma sociedade plural com respeito às diferenças, à pessoa humana e à liberdade.
- b) O poder constituinte derivado decorrente refere-se à capacidade de modificar a CF, por meio de procedimento específico, estabelecido pelo poder constituinte originário e proveniente deste.
- c) Quanto à sua origem, a CF classifica-se como híbrida, pois tem elementos tanto de constituição outorgada, em razão da ausência do exercício direto de escolha do povo sobre o novo texto constitucional, como de promulgada, por ter sido elaborada por uma assembleia constituinte.
- d) Embora possua um núcleo intangível denominado de cláusulas pétreas, a CF é classificada, quanto à estabilidade, como semirrígida, o que justifica o grande quantitativo de emendas ao seu texto.

11. 4. Avalie se as afirmativas a seguir, acerca de princípios básicos do Estado Democrático de Direito, estão corretas: I. Princípio da constitucionalidade: pressupõe uma constituição rígida, emanada da vontade popular, dotada de supremacia, vinculante a todos os poderes e seus atos. II. Princípio da democracia: preconiza uma democracia representativa e participativa, pluralista e que garanta a vigência e eficácia dos direitos fundamentais. III. Sistema de direitos fundamentais: consagração e garantia de direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais e culturais. IV. Princípio da igualdade: pressupõe que todos são iguais perante a lei. Estão corretas: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

12. 5. Acerca da Teoria da Constituição e do Poder Constituinte, assinale a alternativa INCORRETA: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) O valor social do trabalho e da livre iniciativa é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) Os princípios constitucionais que definem direitos fundamentais ocupam o mesmo patamar hierárquico das normas constitucionais que regem o processo legislativo.
- c) A dogmática constitucional contemporânea não admite a distinção hierárquica entre normas constitucionais, exceto quanto à supremacia das normas definidoras de direitos individuais.
- d) A regra constitucional que assegura o voto direto, secreto, universal e periódico é uma norma constitucional de eficácia absoluta, também denominada "cláusula pétrea".

13. 6. O princípio fundamental da Constituição que consiste em fundamento da República Federativa do Brasil, de eficácia plena, e que não alcança seus entes internos é: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) o pluralismo político.
- b) a soberania.
- c) o conjunto dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) a prevalência dos direitos humanos.

14. 7. Na República Federativa do Brasil, todo o poder emana do povo, que pode exercê-lo por meio de pessoas eleitas especialmente para esse fim. Esse processo de escolha caracteriza uma manifestação da: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) democracia representativa.
- b) separação dos poderes.
- c) democracia direta.
- d) eleição indireta.

15. 8. Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que se configura como característica do asilo político: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social;
- b) provocado pela perseguição por crimes políticos de caráter individual;
- c) fundados temores de perseguição por motivos de opiniões políticas;
- d) ato solene de cooperação penal entre países, que consiste na entrega de uma pessoa, acusada ou condenada por um ou mais crimes, ao país que a reclama.

16. 9. Marque a alternativa CORRETA sobre o sentido do termo “princípios fundamentais” da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) São diretrizes básicas que engendram decisões políticas imprescindíveis à configuração do Estado brasileiro, determinando-lhe o modo e a forma de ser.
- b) São os principais fundamentos sobre os quais repousam os ideais das repúblicas ocidentais, em especial as do Continente americano.
- c) São as regras de convivência harmônica entre os Três Poderes, sem levar em consideração as relações internacionais nas quais o Estado brasileiro está vinculado.
- d) São os fundamentos principiológicos circunscritos ao poder legiferante do Estado brasileiro que imiscuem por toda a sociedade nacional, excetuando-se as comunidades tradicionais que recebem tratamento diferenciado em razão de suas especificidades.

17. 10. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) Independência nacional.
- b) Igualdade entre os Estados.
- c) Intervenção quando necessário.
- d) Concessão de asilo político.

18. 11. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) A dignidade da pessoa humana.
- b) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) A soberania e a cidadania.
- d) O monismo político.

19. 12. Constitui Princípio Fundamental expressamente previsto na Constituição Federal, exceto: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) assegurar o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- c) o pluralismo político.
- d) prevalência dos direitos humanos.

20. 13. O Estado, consoante o Direito Administrativo, possui três elementos originários e indissociáveis: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) povo, território e governo soberano.
- b) povo, nação e governabilidade.
- c) povo, território e governabilidade.
- d) Governo soberano, independência e nação.

21. 14. A Constituição Federal assegura e protege, expressamente, o direito à vida. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece, em relação à pena de morte, que: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) é vedada, como regra, mas pode ser aplicada em casos excepcionais quando o crime foi praticado com extrema violência e causou grande comoção social.
- b) é totalmente vedada, tendo em vista que o direito à vida é absoluto e inviolável.
- c) não pode ser aplicada, salvo em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição Federal.
- d) é admitida, excepcionalmente, em casos de crimes hediondos em que o réu é reincidente.

22. 15. Sobre os direitos constitucionais à vida, à liberdade e à igualdade, é correto afirmar que a: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto fere o princípio constitucional da isonomia de tratamento entre homens e mulheres.
- b) pena de morte é objeto de cláusula pétrea ou limitação ao poder constituinte derivado reformador, de forma que proposta de emenda que a comine não pode ser deliberada, uma vez que afronta ao direito constitucional à vida, não se admitindo a pena de morte nem mesmo em tempo de guerra.
- c) liberdade de locomoção é desenhada como possibilidade de ingresso, circulação interna e saída do território nacional, sendo preservada mesmo com a decretação de estado de sítio com fundamentação em comoção grave de repercussão nacional. A liberdade de locomoção apenas é restringida com advento da declaração de guerra.
- d) objeção de consciência é alusiva às obrigações legais a todos impostas que podem ser eximidas por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, sem que os direitos fundamentais de quem a opção sejam perdidos ou suspensos, ressalvado o descumprimento de prestação alternativa.

23. 16. Pedro, servidor público estadual, formulou requerimento de gozo de licença paternidade ao seu superior hierárquico, o qual foi indeferido sem qualquer fundamentação. A licença estava prevista no regime jurídico da categoria como direito subjetivo do servidor, tendo sido o requerimento formulado no prazo legal, devidamente instruído com a certidão de nascimento do filho do requerente. Assinale a opção que indica o instrumento constitucional mais adequado para impugnar judicialmente a decisão de indeferimento da licença. 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) Mandado de revogação.
- b) Mandado de segurança.
- c) Mandado de injunção.
- d) Direito de petição.

24. 17. Com base no disposto na CF, assinale a opção correta acerca da organização político-administrativa do Estado. 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) É da competência comum dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar e manter as respectivas polícias civil e militar e o respectivo corpo de bombeiros militar.
- b) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal estabelecer normas gerais de organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, assim como normas sobre seus efetivos, seu material bélico, suas garantias, sua convocação e sua mobilização.
- c) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, os territórios federais, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos da CF.
- d) Os estados podem incorporar-se entre si mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

25. 18. A medida judicial cabível para se declarar a constitucionalidade em tese de lei ou ato normativo federal é 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) o habeas data.
- b) a ação declaratória de constitucionalidade.
- c) a representação interventiva.
- d) o mandado de injunção.

26. 19. O servidor adquire estabilidade: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) passado o prazo previsto na Constituição, se aprovado no estágio probatório.
- b) pela nomeação.
- c) pela posse ou pela promoção.
- d) quando aprovado, se assim desejar o presidente da Câmara Municipal.

27. 20. O servidor possui direito à remuneração?

20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) Não, porque não está previsto no Regime Jurídico dos Servidores do Estado.
- b) Sim, composta apenas de parcelas fixas.
- c) Sim, composta de parcelas fixas e variáveis, conforme previsto em lei.
- d) Sim, conforme o valor negociado com o seu superior hierárquico.

28. 21. A demissão pode ser definida como:

20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) algo que não ocorre com o servidor público.
- b) perda do cargo por decisão política.
- c) sinônimo de exoneração.
- d) uma penalidade aplicada ao servidor público.

29. 22. “Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.” é definido CORRETAMENTE como:

20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) Sistema de Registro de Preços.
- b) Leilão.
- c) Inexigibilidade de licitação.
- d) Concurso Público.

30. 23. Para os fins da Lei nº 8.666/1993, que institui normas gerais sobre licitações públicas, considera-se: I. _____ – toda transferência de domínio de bens a terceiros. II. _____ – toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. III. _____ – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração. IV. _____ – toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente. Assinale a sequência que preenche correta e respectivamente as lacunas. 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) Alienação, Compra, Obra, Serviço.
 b) Serviço, Compra, Alienação, Obra.
 c) Alienação, Obra, Serviço, Compra.
 d) Compra, Serviço, Obra, Alienação.

31. 24. Custódio Bocaiúva é Chefe de Gabinete de uma Secretaria de determinado Estado. Certo dia, em vista da ausência do Secretário Estadual, que saíra para uma reunião com o Governador, Custódio assinou o ato de nomeação de um candidato aprovado em primeiro lugar para cargo efetivo, em concurso promovido pela Secretaria Estadual. No dia seguinte, tal ato saiu publicado no Diário Oficial do Estado. Sabendo-se que a legislação estadual havia atribuído ao Secretário a competência de promover tal nomeação, permitindo que este a delegasse a outras autoridades hierarquicamente subordinadas, é correto concluir que o ato praticado é: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) válido, pois havia direito subjetivo do candidato a ser nomeado para o cargo efetivo.
 b) inexistente, haja vista que não reúne os mínimos elementos que permitam seu reconhecimento como ato jurídico.
 c) válido, em vista da teoria do funcionário de fato, amplamente reconhecida na doutrina administrativa.
 d) inválido, porém sujeito à convalidação pelo Secretário de Estado, desde que não estejam presentes vícios relativos ao objeto, motivo ou finalidade do ato.

32. 25. Considerando um ato administrativo o qual, contaminado por vício, tornou-se ilegal, ressalvada a apreciação judicial e respeitados os direitos adquiridos, a Administração: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) não pode anulá-lo, já que seus efeitos são regulares.
- b) pode revogá-lo, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- c) pode anulá-lo, porque dele não se originam direitos.
- d) pode revogá-lo, porque dele se originam direitos.

33. 26. Felipe foi processado e condenado por prática de crime, por decisão judicial transitada em julgado, tendo cumprido a respectiva pena de privação de liberdade. Contudo, a condenação de Felipe se deu por erro judiciário. Diante dessa situação, considerando apenas os dados ora fornecidos, Felipe: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o reconhecimento da responsabilidade acarretaria ofensa à coisa julgada.
- b) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o Poder Judiciário é soberano.
- c) poderá pleitear indenização do Estado pois, de acordo com a Constituição Federal, este indenizará o condenado por erro judiciário.
- d) poderá pleitear indenização do Estado, desde que a condenação por erro judiciário tenha sido confirmada pelos Tribunais Superiores.

34. 27. Jaime exerce o cargo remunerado de professor público em determinada instituição de ensino, no período matutino e, após aprovação em concurso público, nos termos da lei, pretende exercer também o mesmo cargo remunerado em uma outra instituição pública de ensino, no período noturno. Sua esposa, Rosa, exerce cargo público científico remunerado no período vespertino e tem interesse em prestar concurso para exercer também cargo remunerado de professora em uma instituição pública de ensino superior no período noturno. Com base apenas nas informações fornecidas e de acordo com a Constituição Federal, obedecidos os limites remuneratórios eventualmente aplicáveis, a acumulação de cargos pretendida é:

Marcar apenas uma oval.

- a) vedada ao Jaime e à Rosa.
- b) permitida apenas ao Jaime.
- c) permitida apenas à Rosa.
- d) permitida ao Jaime e à Rosa.

35. 28. Citado regularmente, o réu ofereceu contestação no quinto dia do prazo de que dispunha para tanto. Mas, depois de protocolizada a sua peça de bloqueio, lembrou-se ele de outra tese defensiva que lhe seria aproveitável, não suscitada em sua contestação e tampouco sendo cognoscível ex officio pelo juiz. Assim, optou o demandado por ofertar nova contestação, o que fez no décimo segundo dia após o da juntada do mandado de citação. Nesse cenário, deve o juiz:

Marcar apenas uma oval.

- a) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão temporal;
- b) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão lógica;
- c) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa;
- d) receber a segunda contestação, já que apresentada dentro do prazo legal;

36. 29. Define-se a prevenção do juízo para processar e julgar duas ações conexas, propostas perante órgãos jurisdicionais distintos, pela: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) distribuição da petição inicial;
- b) prolação do despacho liminar positivo;
- c) prolação de qualquer despacho, ainda que se limite a determinar a emenda da petição inicial;
- d) citação válida;

37. 30. De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, é correto afirmar, no tocante aos prazos processuais, que: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) devem eles ser contados em dias corridos;
- b) o ato processual praticado antes de seu termo inicial deve ser reputado intempestivo;
- c) ficam eles suspensos entre os dias 24 de dezembro e 07 de janeiro, inclusive;
- d) não havendo regra legal ou prazo fixado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática do ato a cargo da parte;

38. 31. O ato por meio do qual o juiz extingue a execução é: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) despacho;
- b) decisão interlocutória;
- c) sentença;
- d) certidão.

39. 32. No procedimento comum, a via pela qual o réu pode manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, é: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) exceção;
- b) reconvenção;
- c) querela nullitatis;
- d) impugnação ao cumprimento de sentença;

40. 33. Reputam-se conexas duas ou mais ações quando: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) forem da competência do mesmo órgão jurisdicional.
- b) lhes for comum as partes, o pedido e a causa se pedir.
- c) lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- d) houver identidade quanto às partes e a causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

41. 34. No Processo Civil, é considerado litisconsórcio ativo: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) a atuação de mais de um autor ou réu.
- b) a atuação de mais de um autor.
- c) a atuação de mais de um réu.
- d) aquele que resulta da ocorrência qualquer das formas de intervenção de terceiro no processo.

42. 35. Com relação ao direito de recorrer, assinale a alternativa correta: 20 pontos

Marcar apenas uma oval.

- a) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- b) A parte que aceitar a decisão poderá recorrer, se ainda no prazo recursal.
- c) Dos despachos cabem os recursos de agravo de instrumento ou embargos de declaração.
- d) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.

Questão subjetiva

A resposta deverá ter no máximo 10 linhas. Vale 300 pontos.

43. A governadora do estado do RN discorda do conteúdo do Decreto do Presidente da República que dispunha sobre horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e restringia a circulação das pessoas , inclusive com imposição de multa , até segunda ordem , em decorrência da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, consultou a Procuradoria Geral do Estado qual a medida jurídica a ser adotada para obter medida judicial. Indaga-se: é juridicamente possível propor ADI para controle de constitucionalidade de um decreto federal ? Justificar, indicando o tribunal competente para julgamento da ação e quem seriam os legitimados para sua propositura (Máximo 15 linhas). 300 pontos

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários